

O CICLO DE POLÍTICAS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DE CAMPINAS: GOVERNANDO CORPOS INFANTIS*

MAÍSA FERREIRA

maisaf93@gmail.com

MÁRIO LUIZ FERRARI NUNES

mario.nunes@fef.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

Tomamos as Diretrizes Curriculares Básicas para a Educação Infantil de Campinas, a fim de identificar os discursos que produzem o corpo dos infantis. Adotamos a análise de documento como método. Confrontamos os dados produzidos com a noção do ciclo de políticas, formulada por Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold. Inferimos que os documentos propiciam à docência agir conforme visões particulares de mundo, potencializando a recontextualização e a racionalidade política neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Física, Infância, Política Curricular

VINDAS

Stephen Ball analisa a política como texto e como discurso. O sociólogo inglês explica que todo texto (o que inclui os documentos oficiais) é aberto a múltiplas interpretações, e dessa forma, produzem sentidos diversos. O discurso é tomado como prática que institui e, por isso, materializa a realidade. Ball (2013)¹ ressalta que os discursos presentes nos textos curriculares influenciam nos modos de pensar e agir



*O presente trabalho contou com apoio financeiro CAPES.

¹ Palestra que Stephen Ball deu no evento "Diálogos com a Pesquisa" na Universidade Estadual de Campinas.



sobre as formas de organização e transmissão do conhecimento que se quer incidir sobre os sujeitos da educação, produzindo e, assim, limitando nossas respostas, mudanças e possibilidades.

Não é novidade que estão em curso transformações nas estruturas do setor público, que incidem em novas formas de trabalho e organização social e todas elas pautadas pela globalização e pela ascensão da racionalidade política neoliberal. Por conta disso, explica-se a intensa produção de políticas curriculares a fim de governar as vontades, os desejos e, por isso, produzir o sujeito destes tempos.

Foucault (2008) afirma que o neoliberalismo é uma arte de governo, que tanto produz uma tecnologia de si, pela qual o sujeito se conduz, se autogoverna, como produz formas sutis de governo dos outros, da população. O neoliberalismo, pauta-se em uma economia social de mercado que expandiu as análises econômicas para todo o tecido social, propagando tudo em termos econômicos para comportamentos sociais tradicionalmente não econômicos (p. 337).

Nesse trabalho, partimos do pressuposto que a educação básica assume um papel relevante no governo dos sujeitos envolvidos no contexto escolar. A partir do ciclo de políticas, formulado por Stephen Ball, analisamos os discursos da educação do corpo dos infantis presentes nas Diretrizes Curriculares Básicas para a Educação Infantil (2013): um processo contínuo de reflexão e ação de Campinas(DCCEI) a fim de inferir os modos de regulação do ser criança. Destacamos a importância do estudo, visto que esse nível de ensino não conta com especialistas de Educação Física, aqueles a quem comumente se atribui, se legitima e se limita essa função.

POLÍTICA CURRICULAR COMO GOVERNO DOS INFANTIS

Desde a sua invenção na Modernidade, tanto a infância como a sua escolarização tornaram-se alvos de técnicas de governamento, que visam a garantir a formação dos sujeitos desejáveis em acordo com a lógica vigente da governamentalização do Estado. Para tanto, estabelecem-se padrões de referências à infância que precisam ser seguidos, tornando possível medir os desvios e os desviantes que fogem à norma, para, assim, interferir e evitar qualquer risco de formação dos indesejáveis. Ao controlar os modos do ser criança, controla-se também os modos de produção dos corpos, que são gerenciados por um poder que se exercerá em sua alma (DORNELLES, 2010).

Como prática de governo, as políticas curriculares são formuladas em meio às pressões para a formação dos sujeitos destes tempos, pressionada pela hegemonia neoliberal. Apesar das políticas curriculares serem influenciadas de modo a tornarem-se semelhantes em diferentes países, elas sofrem recontextualizações no âmbito local. Isso decorre em função das diferentes interpretações realizadas por sujeitos posicionados em situações dominantes no interior da esfera econômica e de controle cultural. As políticas educacionais são formadas em meio a um conjunto de textos e discursos, inseridas em uma rede discursiva e dependentes de poderes e interesses nos quais se inserem, que ao se recontextualizarem, tornam-se híbridos culturais (BALL, 2004).

As DCCEI não escapam dessas condições. Elas foram escritas por um coletivo formado por docentes e gestores da rede municipal, além de outros agentes da educação contratados para orientar o processo, que trazem para a mesa de negociações concepções divergentes de escola, sujeito, educação do corpo etc. O que, possivelmente, produzirá recontextualizações. Isso faz com que os documentos sejam marcados por hibridismos epistemológicos, nem sempre compatíveis entre si.

O CICLO DE POLÍTICAS NAS DCCEI

O ciclo de políticas elaborado por Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (1992) caracteriza-se por três arenas políticas de produção e negociação de sentidos: contexto de influência, contexto de produção de texto e contexto de prática. Esses três contextos não apresentam nenhuma intenção sequencial, muito menos linear. Apenas estão inter-relacionados. Cada um deles representa arenas, lugares e grupos de interesse que envolvem disputas e embates (MAINARDES, 2012).

O contexto de influência é a arena em que ocorre a construção de discursos políticos responsáveis pela produção das políticas públicas. Essa arena é composta de muita disputa por diversos grupos que lutam



pelos seus interesses, cada um buscando significar a finalidade social da educação. É aqui que conceitos se tornam legítimos e discursos de base para política. Esse contexto representa o contato direto entre as políticas globais e as locais.

Bujes (2002) explica que a invenção da infância na modernidade possibilitou que ela fosse vista de forma universal e isso se deu pelas contribuições do campo da influência da Medicina, da Pedagogia, da Psicologia, do Direito, das campanhas de moralização, de escolarização, de higienização, entre outras. Desde então, é notória a influência desses campos do saber e discursos na produção dos infantis. Na década de 1990, agências multilaterais como OMS (Organização Mundial da Saúde), a Unesco – que promoveu a Conferência Mundial pela Educação, o Banco Mundial entre outras, as de pesquisa como o ACSM (*American College of Sports Medicine*) entre tantas comunidades epistêmicas, passaram a influenciar decisivamente os governos de países em desenvolvimento, a fim de garantir a formação do sujeito desejado para estes tempos. Nesse momento de ascensão das políticas neoliberais, no Brasil, as crianças bem pequenas passam a ser alvo de políticas públicas mais intensas e extensas para a sua formação. Isso se evidencia pela promulgação da LDB (9.394/96), que tornou a educação infantil parte da educação básica. Por efeito, floresceu a produção de documentos de orientação curricular para esse nível de ensino no âmbito dos estados e municípios da federação, como as próprias DCCEI, que determinam o que os corpos das crianças podem ou não fazer pautadas pelas determinações e influências dos órgãos supracitados.

O segundo contexto, o da produção de texto, está relacionado com o de influência. Os textos políticos representam a política, e essas representações se configuram em vários formatos, como por exemplo, textos legais oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, palestras e, também, em nível central, os documentos curriculares. Vale ressaltar que esse contexto tem o Estado como o principal fabricante de políticas. Esses textos não precisam necessariamente ser coerentes ou claros, pode haver contradições, por isso é importante ler o texto relacionando com o tempo e local onde foi produzido.

Ao olharmos as referências utilizadas nas DCCEI percebemos uma gama muito grande de referenciais de campos teóricos distintos que não se articulam entre si e nem sempre se aproximam epistemologicamente, como, por exemplo, a filosofia da educação pautada tanto na filosofia da diferença como na da consciência), a sociologia da educação e a psicologia do desenvolvimento, além de saberes das ciências da saúde de fundação positivista, como a nutrição. Além disso, ao longo das DCCEI muitas práticas corporais e muitos aspectos relacionados à educação do corpo dos infantis são citados com ambivalência das ideias.

O terceiro contexto, o de prática, é o local em que pode ocorrer a interpretação e a recriação do que foi proposto e produzido nos demais contextos. É onde, também, podem ocorrer efeitos e consequências, que vão representar mudanças significativas na política original. No contexto de prática, a política não é só implementada, mas está o tempo todo sujeita a ser alterada. Nesse caso, ao ministrarem aulas com base nas DCCEI, as professoras e os professores confrontarão seus saberes adquiridos na sua cultura social e nas diversas formações anteriores, possibilitando que atuem conforme suas concepções pedagógicas e visões do mundo, produzindo recontextualizações. Daí a presença constante dos processos avaliativos de larga escala. São os seus resultados que produzem elementos que são analisados pelos agentes do contexto de influência e de produção do texto, que tanto servem para produzir novos conhecimentos acerca do que acontece na escolarização como para fomentar ações de controle, como as políticas de formação docente.

CHEGADAS

Ao analisarmos os discursos da educação do corpo dos infantis que estão presentes nas DCCEI, percebemos que o documento apresenta influência de diversas comunidades epistêmicas, que, na maioria das vezes, não são convergentes no que tange à tentativa de produzir uma forma única de governar os infantis. Essa situação produz confusões epistemológicas que possibilita às professoras fabricarem recontextualizações a partir de suas concepções de mundo, fragilizando a sua prática pedagógica. Por efeito, abrem-se as portas para que discursos de incapacidade docente se solidifiquem, o que induz a processos



de formação continuada, que, como sabemos, favorece a mercadização do conhecimento e, com isso, o empresariamento do Estado, logo, do neoliberalismo

Assim, torna-se necessário a realização de investigações que esmiúcem o modo como as políticas curriculares são formuladas em termos locais, a fim de entender o que esse processo produz. Visamos à produção de ferramentas que viabilizem tanto a crítica às formas de imposição cultural, que qualquer projeto de unificação curricular viabiliza, como à resistência a possível estandardização de identidades afeitas ao neoliberalismo.

THE CYCLE OF POLICIES IN CAMPINAS CURRICULAR GUIDELINES: GOVERNING CHILDREN'S BODIES

ABSTRACT

We took the Basic Curriculum Guidelines for Early Childhood Education in Campinas in order to identify the discourses that produce the children's body. We adopted document analysis as a method. We compare the data produced with the notion of the policy cycle, formulated by Stephen Ball Richard Bowe e Anne Gold. We infer that the documents allow the teaching to act according to particular worldviews, potentializing recontextualization and neoliberal political rationality

KEYWORDS: *Physical Education; Childhood; Curricular Policy.*

EL CICLO DE POLÍTICAS EN LAS DIRECTRICES CURRICULAR DE CAMPINAS: GOBERNANDO CUERPOS INFANTILES

RESUMEN

Tomamos las Directrices Curriculares Básicas para la Educación Infantil de Campinas, a fin de identificar los discursos que producen el cuerpo de los niños. Adoptamos el análisis de documento como método. Confrontamos los datos producidos con la noción del ciclo de políticas, formulada por Stephen Ball Richard Bowe e Anne Gold. Inferimos que los documentos propician a la docencia actuar conforme visiones particulares de mundo, potenciando la recontextualización y la racionalidad política neoliberal.

PALABRAS CLAVES: *Educación Física; Infancia; Política Curricular.*

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J.; BOWE, R.; GOLD, A. *Changing Schools—case studies in policy sociology*. 1992.
- BALL, S. J. *Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar*. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.
- BUJES, M. I. E. *Infância e maquinarias*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- DORNELLES, Leni Vieira. *Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias*. In: V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação, 2010, Rio de Janeiro. *Anais do V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MAINARDES, Jefferson. *Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas, lista de obras de SJ Ball e de pesquisas brasileiras que empregam suas ideias*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

